



HISTÓRIA

DESCRIÇÃO DA MISSÃO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

A Santa Casa de Misericórdia é uma irmandade que tem como missão o tratamento e sustento a enfermos e inválidos, além de dar assistência a "expostos" - recém nascidos abandonados na instituição.

Sua orientação remonta ao Compromisso da Misericórdia de Lisboa, composto por **14 obras de misericórdia**, sendo **sete delas espirituais** -*ensinar os simples, dar bons conselhos, castigar os que erram, consolar os tristes, perdoar as ofensas, sofrer com paciência, orar pelos vivos e pelos mortos* - e **sete corporais** - *visitar os enfermos e os presos, remir os cativos, vestir os nus, dar de comer aos famintos e de beber aos sedentos, abrigar os viajantes e enterrar os mortos*.

A história das Santas Casas de Misericórdia

"O vocábulo "misericórdia" tem sua origem no latim e significa em sentido estrito "doar seu coração a outrem" ("misere" e "cordis"). Em sentido mais amplo quer dizer "doar a quem necessita". As Santas Casas de Misericórdia trabalham com o objetivo de atender este princípio, recebendo os mais necessitados.

A primeira Santa Casa do mundo foi criada em 15 de agosto de 1498, em Lisboa, pela rainha Leonor de Lencastre, esposa de Dom João II, originando a "Confraria de Nossa Senhora de Misericórdia", em um período da história lembrado por tragédias, guerras e pelas grandes navegações. Nesse cenário, o surgimento das Santas Casas ficou marcado pela retomada de sentimentos como a fraternidade e a solidariedade. Prova disso é que, muitas vezes, a Irmandade não precisou de uma instituição física: ela foi ao encontro dos enfermos e inválidos, onde quer que eles estivessem. Assim, chegou à Ásia, África, se espalhou pela Europa e, claro, pelas Américas. Naquele mesmo ano, foram fundadas dez filiais, sendo oito em Portugal e duas na Ilha da Madeira."

Misericórdias

A primeira Misericórdia em Portugal, a de Lisboa, foi fundada pela rainha D. Leonor, viúva de D. João II. As outras foram criadas por impulso do rei D. Manuel I e congregação de vontades das gentes de cada localidade. A expansão das Misericórdias por todo o reino inseriu-se num esforço da Coroa em organizar a assistência. A origem destas instituições integrava-se ainda nas novas formas de espiritualidade e devoção que chamavam os leigos a viver a sua fé. As principais razões da fundação e rápida expansão das Misericórdias portuguesas logo no século XVI são, em síntese, de ordem espiritual, porque os leigos aplicavam e viviam a sua doutrina, e de Estado, pois foi uma forma de afirmação do poder régio ao controlar e tornar muito mais eficaz a assistência. As Misericórdias portuguesas não eram nem são equivalentes a instituições homónimas italianas (as mais antigas) ou espanholas, pois nesses países nunca pretenderam praticar todas as obras de misericórdia, mas apenas uma ou duas. A originalidade das Misericórdias portuguesas prende-se, por isso, à prática das 14 obras de misericórdia.

A União

A União das Misericórdias Portuguesas (UMP)

"Criada em 1976 para orientar, coordenar, dinamizar e representar as Santas Casas de Misericórdia, defendendo os seus interesses e organizando serviços de interesse comum.

Enquanto entidade de economia social, tem pautado a sua atuação pelo diálogo não só com as Misericórdias, mas também com parceiros institucionais variados, e ao longo dos seus quase 40 anos de existência, tem sabido antecipar problemas sociais variados, propondo, nesse sentido, soluções adequadas e eficazes.

A estrutura da UMP é composta por Secretariado Nacional, Assembleia Geral, Conselho Nacional, Conselho Fiscal e Secretariados Regionais. Estes últimos visam privilegiar o diálogo próximo e permanente com as Santas Casas.

No dia 25 de outubro de 2014, as Misericórdias, reunidas em assembleia-geral extraordinária em Fátima, aprovaram novos estatutos para a UMP. A proposta de alteração decorreu da necessidade de modernizar os estatutos originais, de 1976, viabilizando desta forma um melhor apoio da UMP às suas associadas.

A UMP representa ainda os interesses das Misericórdias em variados fóruns como Conselho Económico e Social, Conselho Nacional para Economia Social, Comissão Permanente do Sector Solidário, Cooperativa António Sérgio para Economia Social, entre outros.

No que respeita ao apoio às Misericórdias, a UMP conta com diversas Linhas de Serviço que acompanham dirigentes e técnicos de Santas Casas em áreas decisivas para a atividade das instituições.

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM

A data exacta da instituição desta irmandade é uma interrogação, pois a maior parte do arquivo desapareceu, possivelmente na mesma voragem devastadora que levou absolutista e liberais a destruírem os documentos existente na sede do concelho.

Há quem aponte a era de 1513 ano que esta gravado numa pedra sepulcral na igreja. O que parece fora de duvidas é que foi das primeiras a ser fundada no País.

Os autores das misericórdias do Algarve opinam que a sua fundação é anterior a esta data devido a ter sido a terra importante, pois foi praça forte primordial valor na defesa do nosso território.

Em recente publicação, o ano de 1500 é apontado como o da sua fundação No dicionário Geográfico do padre Luís Cardoso, informa se: - « não tem casa de misericórdia, mas tem uma a albergaria na qual recolhem pobres e dão esmolas e enterram os pobres da freguesia».

Em 1755 informa um padre dessa vila que ignora a existência da albergaria e a firma que a misericórdia não tem hospital.

Em 1841, diz Silva Lopes que a vila tem casa de misericórdia com fracos rendimentos. A controvérsia existente deve ser motivada pela menor ou maior importância desta santa casa em varias épocas todos os anos, no dia da «visitação da santa Isabel» faziam eleição das pessoas que haviam de servir no dia seguinte.

No arquivo da santa casa, figura impresso e encadernado um compromisso da Misericórdia de Lisboa, pelo qual a primeira se devia reger -- é dado de 1806.

Os irmãos que deviam fazer parte da mesa eram quinze e eleitos da seguinte maneira - da vila - seis de primeira (de onde era escolhidos o provedor, tesoureiro e secretario) e três de segunda. Do monte - três de primeira e três de segunda. Os irmãos de primeira tinham também a designação de oficiais (profissões liberais) . e os de segunda irmãos mecânicos(trabalho braçal).

Era na casa do despacho, em volta de uma mesa redonda, que se reuniam os irmãos como manda o compromisso. Nas eleições, e para beneficiar de espaço, a mesa transportada para a igreja e ai se realizavam as sessões.

Afonso Madeira Corvo a quem nos referimos noutras oportunidades, foi um benemérito desta santa casa. O provedor, Manuel António Torres, num apontamento que deixou, refere-se com certeza curiosidade a este irmão, dizendo: - *foi sem duvida talvez desta vila, veja-se inscrição que esta na porta piquena sta casa da campa da sepultura que esta nesta matriz desta vila.*

O que na altura restava da campa desapareceu. Num apanhado, que o mesmo provedor organizou para se saber as obrigações que tinham para com os irmãos defuntos escreveu: - *Afonso Madeira*

Corvo deixou esta santa casa umas casas na Rua do açougue que servem de celeiro, com obrigação de trinta missas por sua alma (paga foro, ano de 1719 com vencimento pelo Natal).

O referido provedor, que dedicou muito trabalho em prol desta instituição reorganizou o tomo, apanhado os foros em documentos de 1664 e 1720. Propriedades rústicas e urbanas, tanto na vila como no concelho, foram doados a Misericórdia que por sua vez as aforou. As doações eram normalmente feitas em troca de missas ditas por alma dos doadores.

Nos fins do século XVIII e princípios do seguinte, conheceu a santa casa um período áureo. Para isso contribuiu o sargento-mor José de Brito Magro, que exerceu as funções de provedor e também de secretário, durante vários anos. Quando faleceu, em 12 de Maio de 1824, foi sepultado na igreja, cuja campa rasa se encontra entre a sua filha, Ana Jacinta Roza, falecida em 1808 e a de Martin Vilão, a que já nos referimos. Em inventário organizado em 30 Dezembro de 1832, contavam, como bens da Misericórdia, um cálix com patena, «culher» e uma coroa de Santa Isabel, tudo de prata, e um resplendor do Senhor Jesus, também de prata. As imagens eram as seguintes as seguintes: -- crucifixo que também serve a tumba e outro mais antigo, Santa Isabel, São João e «Magdalena», Ece Homo e outra do senhor Morto.

Em inventário posterior (1880), não aparece indicada a imagem de «Magdalena», mas sim a N.ª S.ª da soledade. Em 1793/94, levantou-se no seio da irmandade grande polémica, por causa das «Endoenças». Existiu uma carta de sua Majestade doando a esta Santa casa os bens possuía, de conformidade com o Decreto de 15 de Maio 1800.

Juntamente, encontrava-se uma relação desses bens. Em sessão de 4 de Junho de 1848, acorda a irmandade unanimemente em que fossem compostas e retocadas as bandeiras, bem como as imagens Sta. Isabel, São João e do senhor. Há uns anos, ainda existiam duas bandeiras que nos pareciam de valor iconográfico. Em 1862, devido a irregularidades no «acarreto» dos defuntos e depois de acalorado debate, ficou estabelecido por acórdão de 4 de Julho: Haverá duas escalas permanente e feitas logo após a eleição de cada ano; A primeira destinava-se ao serviço de bandeira e compunha-se do escrivão e irmão mais velho - conduziam a bandeira velha, cada um em seu mês, por turno; A segunda destinava-se ao serviço de tumba e compreendia todos os irmãos da vila. Quatro deles faziam o acarreto dos defuntos na tumba e eram abonados individualmente de vinte reais Por cada enterro.

A bandeira jamais podia ser levada por não irmãos. Em 1827, a Misericórdia passou por um período difícil. As inundações de 1876, provocadas pelo Guadiana, causaram, como já referimos grandes problemas a irmandade. Em 24 Dezembro desse ano, reúnem-se sacristia da Real Capela de nossa senhora da Conceição. Aberta a sessão, o provedor Justo António Torres faz saber que, visto os fracos fundos da santa casa para os gastos que tem fazer na mesma, em vista dos distúrbios causados pela cheia nos dias 6, 7 e 8, achava muito justo que se dirigissem a todas as Santa casada Misericórdia do Reino, solicitando uma esmola a fim de minorar os males que a mesma sofreu, o qual foi aprovado e resolveu-se enviar circular a todas Misericórdias.

Em 16 de Abril de 1877, a irmandade volta a reunir no mesmo local e por convocação do mesmo provedor que lhe faz saber, achando-se S. domingos o visconde do mesmo titulo, se deveria recorrer a

sua filantropia pedindo-lhe, por meio de uma comissão, esmola para fins o da pronta reedificação da Santa casa, o que por todos foi aprovado.

A comissão ficou assim constituída: -- Manuel António Torres, escrivão, António Joaquim Botelho, tesoureiro, e João Cesário Torres, irmão , e, por se terem oferecido, José Gomes Brandão, José Vasco da Silva e Pedro José Lopes.

O fidalgo contactado contribuiu com cem mil réis. Algumas congéneres enviaram as suas esmolas, incluído uma dos Açores, o que é sem dúvida uma nota simpática a Registrar.

Eis as contribuições recebidas:

S.C . Misericórdia de Évora	50\$000 mil réis
S.C . Misericórdia de Elvas	30\$000 mil réis
S.C . Misericórdia de Viseu	20\$000 mil réis
S.C . Misericórdia de Estremoz	20\$000 mil réis
S.C. Misericórdia de Sintra	20\$000 mil réis
S.C. Misericórdia de Praia da Vitória	4\$440 mil réis
S.C. Misericórdia de Feira	12\$280 mil réis
S.C. Misericórdia de Portalegre	10\$000 mil réis
S.C. Misericórdia de Almodôvar	9\$000 mil réis
S.C. Misericórdia de Castelo Branco	5\$000 mil réis
S.C. Misericórdia de Moncarapacho(*)	5\$000 mil réis

(*) - A única do Algarve e a mais pobre.

Em acta de 19 de Maio de 1878 ficou lavrado um voto de reconhecimento o qual ira ser publicado na imprensa como o dinheiro de se dispunha era insuficiente para as obras a fazer, resolveu a irmandade contrair um empréstimo de 150 mil réis com os senhores Caldeira e Cortez, de Lisboa.O capital e juros (162 mil réis) seria pago no prazo de quinze anos e ofereceram-se para tomar a responsabilidade do pagamento Manuel António Torres, António Joaquim Botelho e José Pedro Rodrigues Teixeira (19.3.1879).

Parece que o assunto se complicou e acabaram por aceitar uma letra 162 mil reais a vencer em Outubro de 1880, mas sob inteira responsabilidade da irmandade (27.9.1879).

Por acórdão de 5 Outubro 1879, foi entregue a obra de carpinteiro a João Rocha desta vila, por quarenta mil reais. No contrato celebrado, punham-se condições, sendo a obra depois de concluída reconhecida capaz por outro dois artistas da mesma profissão, escolhidos pela irmandade.

A segurança do púlpito era também posta em relevo. Em 4 de Abril de 1878, reunida a irmandade, nega-se contribuir com qualquer quotização à Administração do concelho e à junta de Paroquial para as despesas da Fabrica da Igreja, visto não ter fundos e que ainda tinham de contrair um empréstimo de 150 mil réis, além do auxílio que pediram a outros estabelecimentos de caridade, para acudir reparos do templo e da casa de despacho.

À reabertura do templo referimo-nos quando dele falámos. A pedido da Administração do concelho, para apreciação de um ofício do Governador Civil, a irmandade reúne-se em 9 Dezembro de 1883. Trata-se de tomar posição contra a epidemia *cólera mórbus* que, alastrado pela Europa, também chegou a Portugal, estando a causar muitas vítimas.

Informa a irmandade não ter quantias disponíveis, devido principalmente aos gastos feitos com a reparação da Igreja, estragos provocados pela inundaçãõ de 1876. Não quer contudo deixar, ainda que o maior sacrifício, de auxiliar tão digno como louvável acto de criar Hospitais provisórios, caso a *cólera morbus* venha manifestar-se entre nós. Acordam em concorrer com toda e qualquer quantia que seja possível desviar das despesas mais dispensáveis que acham consignadas no orçamento e criar dentro da irmandade, caso seja necessário, uma comissão que obtenha donativos para tal fim.

O Administrador, agradecendo, solicita uma copia da acta para enviar ao Governador Civil, a fim de tomar conhecimento das resoluções aprovadas. Quase um ano depois, 21 de Setembro de 1884, a irmandade volta a reunir para tratar do mesmo do mesmo assunto. O provedor, Manuel António Torres, apesar das dificuldades da Santa casa, era de aparecer que imediatamente se providenciasse para de de pronto se arranjam seis ou oito camas para os primeiros necessitados, caso seja preciso. Propôs que seria também conveniente contratar duas pessoas para servirem de enfermeiro, em caso de ser preciso, e que se arranjassem as casas para os Hospitais provisórios com as condições apresentadas pelo Administrador. Nas buscas que efectuamos, nada nada encontramos que desse seguimentos a este assunto.

Em Março de 1885 e convocada a «mesa» para saber se havia fundos para pintar a «capela» da Igreja. Parece que efectivamente a obra foi feita, como se depreendia da seguinte inscrição: -- *Esta rectificação de pintura mandou fazer o provedor Manoel A. Torres e a Mesa que serviu em 1885. Era escrivão António Joaquim Botelho e Tesoureiro e José Joaquim Delicioso. A Inscrição concluía com: -- E feita por João S. Leiria.*

O arcebispo-bispo desta diocese visita Santa casa em 1,2 e 3 de Maio de 1887.

A 29 do mesmo mês morre ex - provedor, Justo António Torres. A irmandade reunida deliberou sob proposta do irmão, Pedro José Rodrigues Teixeira Júnior, Lançar no competente Livro das actas um voto de profundo sentimento pelo falecimento do irmão que durante muitos anos foi provedor e deu o seu melhor esforço em prol desta Santa casa. Que a resolução seja comunicada a família do finado

.Entremos no nosso século. Em 7 de Julho de 1918, é benzida com toda a solenidade a imagem do senhor dos Aflitos, tendo a missa desse mesmo dia sido dita por alma dos nossos soldados mortos heroicamente no campo de batalha (Guerra Mundial de 1914/18), pedindo-se ao mesmo tempo a rainha Santa Isabel que implore ao Altíssimo o termo do terrível flagelo da conflagração europeia.

De 1921 a 1925, o provedor Manuel António Torres e esposa, também «irmão», D. Raimunda de Almeida Pinto oferecem à Misericórdia várias inscrições de dívida pública interna consolidada, que ainda constituem rendimentos da Santa casa. D. Marcelino António Maria Franco, Bispo do Algarve, visita esta instituição em 1923.

Em 7 de Outubro desse ano em reunião da mesa, é proposto pelo tesoureiro, Eduardo Ferreira Cristina, a criação de um Hospital-albergue e logo o provedor, Manuel António Torres, oferece para esse fim umas casas demolidas junto ao castelo. Parece que a ideia e oferta não foram aproveitadas, pois em reuniões seguintes nunca mais se voltou a falar em tal, pelo menos não consta das actas. Só mais tarde, por volta de 1932, o então provedor, DR. João Francisco Dias (médico), põe a ideia em execução fazendo adaptar para o efeito a Casa do Despacho, a Sacristia e a residência do Andador.

No Congresso das Misericórdias realizado em Lisboa em 1924, a de Alcoutim fez-se representar pelo revendo prior de S. Julião de Lisboa, António Joaquim Alberto.

Em 2 de Janeiro de 1940 reúne-se a irmandade e o provedor DR. João dias Lamentou que a Direcção-Geral de assistência pública apenas fossem dados 600\$00 anuais, lembrado a necessidade de instar junto das entidades superiores no sentido de se fazer face as despesas que habitualmente tem com a assistência aos doentes pobres.

Mostrou também a necessidade junto da câmara deste concelho solicitar auxílio, pois atinge perto de uma centena de contos a importância que esta Santa casa, por intermédio do seu Hospital, tem poupado aos cofres do Município, tratando doentes de gravidade que, só o cargo do Município, podiam ser tratados nos Hospitais Civis de Lisboa.

Com o falecimento deste ilustre cirurgião, a Misericórdia e o Hospital caíram abruptamente, havendo mesmo a necessidade de nomear uma comissão administrativa para dirigir. Só mais tarde e pela acção do filho daquele saudoso clínico, também conceituado médico, Dr. João Lopes Dias, o Hospital tomou novo incremento procedendo-se ao seu reapetrechamento, passando a funcionar com bastante movimento. Com a saída daquele clínico para outro concelho, voltou a cair numa situação de quase nulidade. O «albergue» dos pobres pequena casa situada na Rua das portas do Rio antiga Rua dos lagares, foi doada por Francisco Madeira também antes de 1700, segundo aquele documento. Pedro José Rodrigues Teixeira, por testamento de 29 de Junho de 1937, deixou também a esta Santa casa o prédio onde funcionou o antigo teatro». O Hospital compunha-se de dois pisos. No rés-do-chão situavam-se secretaria, cozinha, sala de espera, consultório e sala de operações. No primeiro andar, as enfermarias e quarto de parturientes. Durante pelo menos vinte anos, a irmandade não existiu como força determinante sucedendo-se as «eleições» como meras formalidade burocráticas. Os livros de actas assim afirmam.

Com a criação dos centros de Saúde, a Misericórdia passou a ser ocupada e a sua identidade começou a empalidecer ainda mais. Obras de transformação se operaram e a elas nos referimos quando falamos da igreja. A capacidade de internamento chega para as necessidades. De início, havia médicos e enfermeiros, mas continuou a faltar-lhe o material. Por último quando, recebeu esse material, foram-se embora os enfermeiros. Sete seria o ideal, mas com três já dava para pôr o hospital em actividade. São declarações prestadas a um jornal pelo Dr. Francisco Amaral, jovem médico natural de Alcoutim e que aqui encontra a trabalhar. Fala-se presentemente (1984) num Lar para a terceira idade. Mas aonde é

que a Santa casa tem dinheiro para isso? E a sua manutenção? Só o nome não chega. Preparam-se certamente subsídios 100%. Tivemos curiosidade e interesse em organizar uma lista cronológica de provedores desta Santa casa. Foi vasculhado o arquivo, consultando livros de actas, acórdãos, acendo de irmãos e de outros documentos avulsos que conseguimos descer ao ano de 1718, o que significa que recuamos mais duas centúrias e meia (em relação a 1984), apesar de não termos encontrado provedores de quarenta e oito anos aquele espaço de tempo. Mesmo assim obtivemos provedores de duzentos e dezoito anos e, se a Misericórdia foi a fundada por volta de 1513, organizamos uma lista de cerca de metade dos anos da sua existência. Nela encontramos capitães-móres, sargentos-móres, alferes, clérigos, juízes de fora e de alfandega, outros funcionários públicos e administrativos, comerciantes, lavradores, etc.

PEQUENO QUADRADO DOS PROVEDORES QUE SERVIRAM MAIS ANOS (DOS QUE TEMOS CONHECIMENTOS)

Manuel António Torres -----	23
Dr. João Francisco Dias -----	23
Justo António Torres -----	22
António Maria Corvo -----	19
António Joaquim Pinto -----	17
João Cesário Torres -----	12
Padre António José M. Freitas (sobrinho) -----	10

LISTA CRONOLÓGICA DOS PROVEDORES QUE SERVIRAM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM em pdf para descarregar

 [DESCARREGAR li...ma-0.pdf](#)

Bibliografia: NUNES, António Miguel Ascensão (José Varzeano), **Alcoutim, Capital do Nordeste Algarvio** (subsídios para uma monografia), Edição da Câmara Municipal de Alcoutim, Rio Maior, 1985